

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – CT-IPCT/CIF – ABERTA

Aos 23 e 24 dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às nove horas e dez minutos, pela plataforma TEAMS, teve início a **33ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)** constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. A coordenadora, sr^a. Lígia Moreira de Almeida, cumprimentou a todos e após rodada de apresentação, deu início aos trabalhos da 33ª Reunião Ordinária com participação dos membros da CT, comissões de atingidos, assessorias técnicas, como detalhado a seguir. Da lista de presença constam os seguintes participantes: Lígia Moreira (Coordenadora CT-IPCT); André Sucupira (FUNAI); Andréa Valentim (FGV); Andrei Camargo Duarte (Funai); Antônio Áureo do Carmo (Comissão de Atingidos de Rio Doce); Arthur Santos (Ramboll); Cristian Martins (FCP); Dandara Silva Cabral (ASPERQD); Hermes Oliveira (FUNAI); Jadilson Lino de Oliveira Gomes (Comissão Quilombola do Degredo); Klenio Costa (Rosa Fortini); Lorena Gontijo (Comitê Gestor Rio Doce/MG); Miriam Nutti (Ramboll); Nathali Germano (FUNAI); Nelson Novaes Pedroso Jr (FGV); Pedro Bigolin (ASPERQD); Francisco Phelipe (AEDAS); Rita Alvarenga (SETADES); Tiago Cantalice (DPU); Antônio Carlos - Cacique Toninho (Cacique TG); Charles Vianna (SNPIR); Izabel dos Santos (E&Y); Mirian Santos (Flacso); Tell Furtado (FUNAI); Natan de Oliveira (Procurador da FUNAI/MG-ES); Daniel xxxx (Defesa Civil); Adriana xxxx (Funai); Carla Paiva (SEDESE); Clever Alves Machado (Sedese); Hermínio Nascimento (Comissão de Barra Longa); Maria Esther (Comitê Gestor do Rio Doce); Sérgio do Carmo - Papagaio (Comissão de Atingidos Barra Longa); Ivaneia Borges de Jesus (Comissão de Degredo); Simony Jesus (Comissão quilombola de Degredo); Marcos da Silva Costa (Comissão quilombola de Degredo); Mônica Pazzinato (Comissão Quilombola de Degredo); Ocimar Leite Corrêa (Comissão quilombola de Degredo).

Pela Fundação Renova: Alessandro Ferreira; Carla de Almeida; Caroline; Naiara Moreira; Robson; Silvani Honorato; Ricardo Burg; Gabriel Moura, Vandeli Santos, Anderson Pacheco, Givanildo Paula, Gabriela Prado e Eva Gazoni

I. PAUTA GERAL (23/09/2020 – 11h às 13h*)	
Pauta	Discussão
1- Apresentação dos participantes. aprovação da ata da 32ª RO, informes sobre a troca de Secretária	<p>A Coordenação registrou que não foi possível finalizar a 32ª ata. Foi informada a troca da Secretária, considerando que já estava previsto que cada CT teria uma Secretária exclusiva e a Coordenadora Lígia solicitou que a Mirian Santos falasse sobre o secretariado exclusivo para acompanhamento da CT-IPCT. Miriam Santos informou que a contratação pela Flacso foi realizada atendendo uma solicitação dos Coordenadores para que cada CT tivesse tivesse uma secretária exclusiva e naquele momento as secretárias estavam em processo de treinamento. Ainda não havia uma definição de quem ficaria na CT-IPCT e informou que ainda não havia um orçamento, que estava aguardando a aprovação da SECEX e que logo essa informação seria encaminhada aos coordenadores.</p> <p><u>Eva e Ricardo solicitaram que ponto de pauta sobre o Plano de Cheia fosse levado para o início da parte aberta da pauta indígena e que o ponto de pauta sobre o orçamento fosse adiado para o dia seguinte.</u></p> <p>A CT concordou em adiantar a pauta do Plano de Cheia, desde que algum representante da Defesa Civil (convidado) estivesse presente. Concordou também em adiar a discussão sobre o orçamento para a parte da manhã do dia seguinte (24/09/2020) e solicitou a inclusão de pauta (na fechada e na aberta) para Faiscadores, no dia seguinte de manhã, para discutir o Ofício FR 2020.1275, sobre o estudo do mapeamento dos tradicionais, elaborado pelo Professor Aderval.</p>
2- Agenda de reuniões e fatos relevantes agosto e setembro/2020.	<p>Naiara fez a apresentação desde ponto de pauta referente ao PG 04. Dandara questionou se havia previsão de retorno da equipe para coleta dos poços. Foi informado pela FR que não e Naiara reforçou que estavam no aguardo.</p> <p>Gabriela fez a apresentação do PG 03.</p> <p>Alessandro informou que em relação ao apoio às iniciativas comunitárias, o processo encontrava-se em fase final de elaboração do edital e que seria publicado assim que estivesse pronto.</p>

	<p>Miriam Nutti questionou sobre o Projeto Lótus - se apesar da interface com o PG 33, a gerência estaria sendo feita pelo PG 03.</p> <p>Vanderli informou que sim e que o PG 03 acompanhava as ações.</p> <p>Nathali soliciou a Gabriela o envio do Projeto Lótus para a FUNAI.</p> <p>Miriam Nutti solicitou que fosse enviado para a CT e Gabriela informou que enviaria.</p>
3- Execução dos encaminhamentos da 32ª RO	<p>Lígia informou que os Encaminhamentos E32.1 e E32.2, já tinham sido cumpridos e que Eva mencionou que recebeu mais observações sobre o relatório trimestral do que o esperado e sugeriu que a entrega fosse adiada para o dia 1º/10.</p>
4- Orçamento 2020	<p>Transferido para o dia 24/09 pela manhã, conforme o solicitado por Eva e Ricardo.</p> <p>Gabriela fez a apresentação do orçamento do PG 03 e informou que estava em vias de aprovação.</p> <p>Naiara apresentou o PG 04.</p> <p>Nelson e Miriam questionaram sobre a rubrica.</p> <p>Nelson ressaltou que fosse encaminhado as premissas orçamentárias detalhadas e qual seria o recurso provisionado.</p> <p>Tiago informou que a solicitação havia sido feita pela CT-IPCT em janeiro de 2020.</p> <p>Miriam Nutti questionou se viria um documento explicativo com a documentação e se a solicitação incluiria o detalhamento de 2020.</p> <p>Nelson reforçou que a dinâmica do orçamento acabava atrapalhando o acompanhamento por parte da CT-IPCT.</p> <p>Carla ressaltou que estava aguardando a aprovação interna orçamentária para o envio e que seria detalhado o máximo possível das linhas (previsão final do mês).</p> <p>Miriam ressaltou que não havia sido respondido o que foi solicitado e que deviam se basear no Ofício para o documento escrito, ressaltando as atividades realizadas.</p> <p>Lígia questionou se seria possível ver o detalhamento da proposta orçamentária (Considerações Finais: solicitação de revisão do Orçamento apresentado para os Programas PG03 e PG04, visando a atualização das atividades e das ações pactuadas até dezembro de 2019 e das planilhas apresentadas pelo Ofício de novembro de 2019, abrindo as rubricas em níveis mais detalhados. Considerando que a Definição do Programa estava em revisão, organização das rubricas com base nas atividades dos acordos emergenciais, das ações pactuadas com as Comunidades, e das cláusulas TTAC, com o intuito de propiciar melhor compreensão e comunicação do orçamento proposto. Tal organização deveria ter correspondência com as metas e avanços físicos propostos. Dar coerência aos itens internos dos capítulos referentes aos Programas 03 e 04, apresentando um planejamento que tenha correspondência com as ações previstas, o cronograma, os indicadores e se reflitam claramente na composição do orçamento.)</p> <p>Carla informou que não saberia dizer se haveria como detalhar tudo, mas que faria o possível par detalhar o máximo possível.</p> <p>Miriam questionou se no relatório trimestral, constaria o orçamento completo e Carla informou que não, que somente o que foi gasto até o trimestre. Diante disso, Miriam questionou se o relatório do orçamento seria um documento à parte, referente ao de 2020.</p> <p>Nathali questionou se o que foi pedido à FR sobre o orçamento de 2020 seria enviado da forma solicitada.</p>
Encaminhamento E33.1	<p>Será enviado até 01/10 no relatório trimestral o orçamento com recorte até agosto. Na próxima RO da CT-IPCT deverá ser apresentado o orçamento de 2020, contendo o valor geral, o que foi gasto (de forma detalhada), o que ainda não foi gasto e o que ainda falta implementar.</p>
5-Apresentação do Relatório Trimestral com os indicadores	<p>Carla apresentou o PG 04 e informou que a parte de execução não entrou no orçamento e sim na parte compensatória.</p> <p>Miriam ressaltou que quando ocorreu a reunião dia 31/08, já havia o pedido para que a FR apresentasse, dia 1º/10, e que também já estava acordado que constariam algumas observações e que o relatório fosse entregue</p>

	<p>entre uma reunião e outra, para que os indicadores pudessem ser analisados.</p> <p>Carla propôs que o material fosse entregue depois da reunião (tanto para tratar do Relatório Trimestral como dos indicadores).</p> <p>Mirian propôs a reunião para meados de outubro.</p>
Encaminhamento E33.2	Aprovado pelos membros o envio do relatório trimestral dia 01/10/2020 pela FR
6- Informes sobre a 47ª RO do CIF.	<p>Lígia informou que a deliberação nº 445 foi aprovada.</p> <p>Tiago informou que Lígia enviou para o CIF o Ofício sobre a pactuação da CT e FR referente à dilação do prazo para definição dos programas.</p> <p>Mirian questionou à FR quais os Programas já tinham sido revisados e que continham interface com os PGs 03 e 04.</p> <p>Carla informou que estava aguardando a aprovação do CIF.</p>

II – PAUTA INDÍGENA (23/09/2020 – 16h às 18h*)

Pauta	Discussão
7- Informes gerais (Krenak e Tupiniquim e Guarani): eventuais articulações da Fundação Renova para ações nos territórios.	Gabriela apresentou o calendário de reuniões e ações nos territórios.
8- Informe sobre a apresentação da NT nº 035/2020/CT-IPCT/CIF (“Elaboração de um programa de Monitoramento da Qualidade Ambiental das Terras Indígenas do Espírito Santo”) e a NT Intercâmaras nº 001/2020/CT-IPCT/CT-Saúde/CT-GRSA/CTSHQA/CIF (“Análise do “Parecer Técnico/Científico das Características Ambientais da Região de Influência do Canal Caboclo Bernardo, Rio Riacho e Rio Comboios”) a 47ª RO da CIF, no dia 17.09. e posicionamento da FR sobre as mesmas.	<p>Nathali informou sobre a aprovação da Deliberação nº 445.</p> <p>Lígia informou que a NT 35 havia sido protocolada com base nos estudos anteriores, principalmente o ECI.</p> <p>Mirian Nutti informou que a deliberação determinava um prazo para a FR apresentar o programa e que também havia considerações a serem seguidas na NT 35.</p> <p>Carla propôs a realização de uma reunião intercâmara com os envolvidos no processo de monitoramento, para que pudessem deliberar os pontos.</p> <p>Mirian informou que não haveria tempo hábil, pois o prazo já estava correndo, mas a NT 35 trazia as premissas.</p> <p>Carla informou que iriam repassar para a área específica (Bedeia).</p> <p>Anderson informou que a intercâmara seria necessária, pois era preciso a análise de outras CTs.</p> <p>Mirian ressaltou que havia prazo para apresentação de uma proposta robusta.</p> <p>Tiago Cantalice ressaltou que não se tratava de um novo programa e sim de uma integração com os programas já instituídos e que o prazo e apresentação era para a FR e que se caso houvesse uma reunião intercâmaras, a FR já deveria levar a proposta e que a CT se comprometia com data que inviabilize a data estipulada pelo CIF e que isso se volte contra a CT-IPCT.</p> <p>Lígia enfatizou o que foi trazido pelo Tiago.</p> <p>Arthur destacou que a FR deveria apresentar a proposta e que não seria necessário a realização de uma reunião intercâmara antes</p>
9- Atualização e eventuais encaminhamentos sobre os seguintes temas: i. Reuniões remotas sobre a etapa final de validação do ECI-Tupiniquim e Guarani (objetivos e programação): apresentação e consulta ao ECI Tupiniquim e Guarani. ii. Reunião de apresentação do Parecer Técnico da FR (“documento apartado”) e	<p>Regina fez a apresentação trazendo um breve histórico sobre a discussão da necessidade de realização de outros debates em torno do ECI final e explanou a programação para as reuniões, as trocas de Ofício entre FR e Funai (mesma imagem apresentada na reunião interna – item 04).</p> <p>Regina também fez a apresentação do protocolo (que estava organizado em três partes) e ressaltou que seria reencaminhado para os participantes.</p> <p>Ricardo destacou que a metodologia apresentada auxiliaria em um diálogo equilibrado entre as partes e que daria agilidade ao PBA.</p> <p>Gabriela ressaltou que o protocolo iria auxiliar em todo o processo durante a pandemia. Registrou que não havia previsão de material impresso, pois em uma das reuniões da CT foi trazido a preocupação de distribuição, em razão da pandemia. Quanto ao combustível, isso deveria ser verificado, pois não se sabia se haveria como arcar com o gasto, somente com transporte.</p>

<p>Cartilha resumo aos povos Tupiniquim e Guarani.</p> <p>iii. “Fundo de apoio a pequenos projetos e iniciativas comunitárias independentes do PBA”.</p> <p>iv. Reuniões sobre projetos -SAA da TI Comboios e próximos passos.</p>	<p>Regina ressaltou que as demandas de combustível e material foi trazida pela Comunidade indígena em agosto e que se o material estivesse devidamente higienizado, não haveria problema, mas que poderia ser equacionado no diálogo com a comissão de caciques.</p> <p>A FR informou que já havia recebido o documento e que já estava trabalhando no protocolo para o momento de consulta.</p> <p>iii. “Fundo de apoio a pequenos projetos e iniciativas comunitárias independentes do PBA”.</p> <p>Regina informou que até aquele momento, não havia recebido dos indígenas, o interesse em relação ao processo para que pudesse pactuar o protocolo e destacou que esse protocolo teria que sair como um documento da FUNAI, mas que esses pontos poderiam ser encaminhados por Ofício.</p> <p>Cacique Toninho informou que tinha o projeto e iria encaminhar para a Funai até o dia 25/09, informando qual era o plano de trabalho.</p> <p>Gabriela ressaltou que havia uma manifestação de Comboios, mas ainda não havia de Caieiras Velha, e que seria dado continuidade a Comboios, enquanto aguardava a posição de Caieiras Velha.</p> <p>Jozenilton informou que o projeto encontra-se em análise para que se encontrasse uma forma de se enquadrar no sistema e assim que fosse definido, seria repassado. Destacou que estavam procurando uma forma de implantação e uma sugestão seria realizar um projeto único, mas que deveria ser dialogado com a comissão de Caciques.</p> <p>iv. Reuniões sobre projetos -SAA da TI Comboios e próximos passos.</p> <p>Carla fez a apresentação.</p> <p>Miriam questionou sobre os prazos sem pensar na pandemia, a Dsei precisa responder, e foi dado prazo? Carla informou que não foi dado um prazo.</p> <p>Toninho solicitou que antes de uma decisão da FR e da Dsei, fosse avisado aos indígenas de Comboios e Córrego do Ouro.</p> <p>Miriam ressaltou que os indígenas tinham o controle sobre a Covid nas terras indígenas.</p>
	<p>Encaminhar para os membros da CT-IPCT as reuniões de 13 a 16/10 - prazo para envio: 25/09/2020 (convite e programação). Oficiar os pontos de dúvidas e a necessidade de complementação para a FR e o contato com os indígenas.</p>
<p>10. Elaboração e validação do Plano de Contingência de Cheias - TI Comboios: esclarecimentos, posicionamentos institucionais e encaminhamentos.</p>	<p>Givanildo iniciou a apresentação e informou que na reunião ocorrida em 11 de outubro foi apresentado que foram identificados os locais para instalação das réguas, sendo georreferenciados na aldeia e fora dela.</p> <p>Em 2019 houve nova reunião, sendo criado um grupo de Whats para informes sobre o plano de chuvas, no qual havia os informes (fotos) para monitoramento. Em 3 de setembro, foi apresentada a versão preliminar do documento e das rotas de fuga.</p> <p>Em 15 e 22/10, foi feita navegação no rio Comboios para demarcação da rota de fuga (delimitou-se duas rotas de fuga).</p> <p>Toninho informou que até aquele momento não havia analisado o documento e que não considerava que fosse nem a preliminar de um plano de contingência, pois não havia um alinhamento entre os que participaram e que o documento se tratava de um plano de trabalho em sua primeira versão onde apresentava uma listagem de demandas.</p> <p>Daniel, da Defesa Civil do Município de Aracruz, reforçou o que foi dito pelo Cacique Toninho quanto ao documento do plano de cheias, pois de fato, não se tratava de um documento final e faltavam muitos itens para finalização do mesmo.</p> <p>Citando a última página do documento, questionou se havia sido feita uma análise de nível e de queda da água até chegar na aldeia de Comboios (de uma régua até a outra) para que se tivesse noção do gatilho, ou, um estudo para que se soubesse quando acionar o gatilho para evacuação da aldeia.</p> <p>Além disso, mesmo que o plano estivesse concluído, até aquele momento não havia chegado à Defesa Civil.</p> <p>Givanildo informou que foi realizado um estudo topográfico para instalação das réguas. Quanto à medição de uma régua para outra, estavam utilizando o estudo realizado pela empresa contratada e ressaltou que deveria ser</p>

	<p>alinhado com a Defesa Civil, o que como foi mencionado pelo Daniel, de fato havia ocorrido.</p> <p>Em relação à validação do documento com a Defesa Civil e com as lideranças indígenas, Givanildo informou que houve um problema de tempo, e que alguns contatos foram feitos a distância (por causa da pandemia), mas que estava no fluxo a FR entrar em contato com a defesa Civil e com as lideranças.</p> <p>Diante disso, propôs uma reunião entre a FR, Defesa Civil e lideranças para análise do documento e contribuições necessárias e quanto ao simulado não ocorreu, pois dependia da etapa anterior.</p> <p>Eva ponderou que o plano foi enviado para a CT em maio/2020 e que só foi para a pauta quando a FR solicitou uma posição da CT em cima do documento enviado.</p> <p>Regina ponderou que, por parte da FUNAI, foi realizado um questionamento se o referido plano já seria o documento final e se já tinha sido validado pelas partes. devendo ser pensado no que de fato consistia o documento, para que pudesse pensar na melhor forma de melhorar e assim entender como os diferentes atores poderiam contribuir com o mesmo.</p> <p>Quanto ao perfil familiar deveriam estar restrito em relação ao plano e quais seriam os dados necessários para atendimento dessas famílias.</p> <p>Mirian informou que foi feito uma análise com a equipe técnica da área, sendo colocado o documento no chat para contribuições e sugestões técnicas.</p> <p>Toninho questionou se seriam as mesmas pessoas que estavam inicialmente. Eva informou que isso seria importante, sendo reforçado pelo Givanildo.</p> <p>Toninho ressaltou que teria que ter novos participantes, pois muitos haviam saído.</p> <p>Clycia informou que Rita havia entrado no lugar da Edna e poderia fazer o acompanhamento.</p> <p>Jaqueline informou que faria a articulação com a DSEI para que alguém pudesse participar.</p> <p>Mirian informou que a Ramboll poderia participar, indicando um membro para a Lígia.</p> <p>Lígia questionou se seria possível apresentar a primeira minuta na 34ª RO.</p> <p>Carla informou que seria melhor marcar a data da apresentação após a reunião</p>
--	---

Às treze horas e vinte e cinco minutos a reunião foi suspensa para o almoço, sendo retomada às quatorze horas e trinta minutos.

III – PAUTA FAISCADORES/GARIMPEIROS (24/09/2020 – 10h às 13h*)	
Pauta	Discussão
11. Reconhecimento dos Garimpeiros e pescadores como atingidos, indenizações e reparação (pauta AEDAS)	Lígia informou que seria mais para reforçar e que havia um GT para trabalhar o reconhecimento. Naiara informou que não havia novidades devido ao contexto da pandemia.
12. Atualização sobre o status de análise de elegibilidade – faiscadores (Ofício FR.2020.0999).	Klenio informou em relação às 13 pessoas que continuavam de fora (por não receberem as cartas), a Rosa Fortini estava realizando uma ação diretamente com a Ouvidoria da Fundação Renova. Ressaltou que havia de fato, uma dificuldade de campo devido à pandemia, mas que poderia ser feito um levantamento e que seria enviado por e-mail para Naiara, que concordou.
13. Posicionamento da Fundação Renova a disponibilidade da ATI Rosa Fortini (Ofício 042/2020) para colaborar na identificação das pessoas que estão sem cadastro (identificadas nas	Klenio cobrou uma resposta quanto ao Ofício enviado pela Rosa Fortini à FR. Naiara informou que havia recebido e que não tinha uma posição sobre o tema, pois a análise acontece em uma área diferente do PG04. Klenio solicitou que fosse definida uma data de resposta dos outros setores. Naiara informou que não havia dado um prazo, mas adiantou que na semana corrente não seria possível.

<p>respostas Deliberação CIF 300)</p>	<p>a Obs: Registre-se que no mesmo dia, às 22hs, a FR respondeu por Ofício, a solicitação da Rosa Fortini e da CT- IPCT. Cumpre salientar que a resposta foi evasiva e descaracterizada do problema apresentado pela FR na 32ª Reunião Ordinária, na qual Viviane havia destacado a falta de contato com os atingidos para completar os seus cadastros.</p>
---	---

IV – PAUTA QUILOMBOLA (24/09/2020 – 16h às 18h*)

Pauta	Discussão
<p>14. Informes gerais: eventuais articulações da Fundação Renova para ações nos territórios; contratação das assessorias técnicas;</p>	<p>Vinicius Benites apresentou o tema proposto, eixo 10: contratação das assessorias técnicas.</p> <p>Jorge Luiz disse que entrou em contato com a IPAZ e recebeu a comunicação de que foi acordado que os Krenak não participariam dessa reunião. Ponderou que as questões do ECI estavam atreladas ao processo de ATI, mas não constava esse entendimento no eixo 10.</p> <p>Vinicius Benites respondeu que não havia vinculação direta e que o eixo 10 acabava interferindo em outras ações, a exemplo da indenização.</p> <p>Ricardo Burg frisou que o contrato com o IPAZ estava em fase final das tratativas, dependendo apenas deles para conclusão. Destacou que o acordo foi homologado em juízo e por esse motivo, o contrato estaria sob sua gerência e que estava tendo celeridade. No caso da ADAI Tupiniquim Guarani, a discussão estava no âmbito dos outros 16 territórios e em âmbito judicial. Estava, também, sendo acompanhado por outra gerência, mas que poderia buscar informações complementares.</p> <p>Cacique Toninho disse que seria de suma importância, o retorno da contratação da assessoria. Cobrou retorno à comunidade.</p> <p>Ricardo Burg destacou que não foi trazida maiores informações sobre a ATI ADAI por não ser ponto específico de pauta.</p> <p>Sobre o fornecimento de água mineral em Comboios, Carla Moura disse que foi enviado ofício informando a prorrogação por mais um mês, e não interrupção na data prevista.</p> <p>Toninho Comboios ponderou que houve coleta somente em dois pontos da comunidade e questionou sobre a interrupção sem finalização das análises de água da comunidade. Solicitou que a paralização do fornecimento de água mineral fosse reavaliada.</p> <p>Gabriel Moura disse que o fornecimento de água não era vinculante à entrega das análises de água.</p> <p>Carla Moura disse que apesar de não terem sido analisados os 10 poços, as análises coletadas seriam suficientes. Disse que a prorrogação da entrega visava a continuidade das tratativas de diálogo.</p> <p>Cacique Toninho destacou que o órgão competente para autorizar o consumo da água local era a SESAI/DSEI.</p> <p>Jaqueline Francischetti disse que as análises apresentadas deram alteração de composição química e questionou se a FR achava correta a liberação para consumo humano.</p> <p>Carla Moura destacou que na análise de água bruta, era aceitável que houvesse esse tipo de alteração, por se tratar de água não tratada.</p> <p>Cacique Toninho Comboios ponderou pela manutenção do fornecimento de água mineral até que houvesse comprovação da qualidade da água para consumo.</p> <p>A discussão se prolongou. Houve discordância da CT quanto à comprovação de nexos e pleitearam a manutenção do fornecimento enquanto os estudos seguissem em paralelo.</p> <p>Jorge Luiz sugeriu que o atendimento a comunidade fossem considerado dentro do cunho compensatório.</p> <p>Tell Victor resgatou o princípio jurídico da precaução, usado no direito ambiental e utilizado no ordenamento interno regente e ratificado em acordo internacional, versava sobre ausência de certeza científica, não podendo servir de impedimento para ações que viriam minimizar eventuais impactos e que ônus da prova caberia ao proponente.</p>

	<p>Gabriel Moura respondeu que não havia aplicação do princípio da precaução. Cacique Toninho registrou que a situação se agravaria, caso o posicionamento não fosse repensado.</p> <p>A Renova solicitou que as pautas fossem enviadas mais detalhadas.</p>
Encaminhamento E33.3	<p>A Fundação Renova deverá dar retorno sobre a situação de contratação assessoria técnica dos indígenas Tupiniquim Guarani. Prazo: 08/07/2020.</p>
Encaminhamento E33.4	<p>A coordenação da CT-IPCT deverá organizar reunião intercâmaras com a participação das CTs Saúde, SHQA e GRSA para tratar da questão de água na TI Comboios (a confirmar 09/07 à tarde).</p>
Encaminhamento E33.5	<p>A coordenação da FUNAI deverá realizar reunião interna com SESAI-DSEI/RAMBOLL/FUNAI sobre fornecimento de água em Comboios para discussão do nexo de causalidade (proposta 09/07 às 9h).</p>
Encaminhamento E33.6	<p>A coordenação da CT-IPCT deverá responder por ofício que rejeita a suspensão do fornecimento de água até que seja finalizada a discussão tempestiva requisitando a continuidade do abastecimento enquanto não sejam esclarecidas as condições de interrupção.</p>
<p>15. Informes Tupiniquim e Guarani: cartilha explicativa - posicionamento Renova ECI (documento apartado); atualizações sobre a análise do ECI- Tupiniquim e Guarani pela Funai e do detalhamento PBA- Tupiniquim e Guarani pela Fundação Renova;</p>	<p>Gabriela Prado apresentou o tema proposto. A apresentação constaria em memória de áudio e estaria disponível para eventuais consultas. Jorge Luiz solicitou envio do parecer do ECI para conhecimento da CT. Disse que o documento apresentado tinha uma linguagem menos técnica e seria apresentado como parecer da Fundação Renova.</p> <p>Nathali Germano destacou que a FR deveria acrescentar como pretendia fazer a distribuição e que atentasse às orientações da FUNAI no período de pandemia. Registrou que o processo não atendia a validação e as consultas à comunidade nos moldes da convenção da OIT 169.</p>
Encaminhamento E33.7	<p>A Fundação Renova deverá entregar a cartilha sobre o parecer do ECI e esclarecimento do formato de distribuição da cartilha diante do cenário da pandemia. Prazo: 15/07. Garantindo a consulta participativa e adequada dos territórios.</p>
Encaminhamento E33.8	<p>Os representantes indígenas deverão avaliar junto aos seus caciques sobre a apresentação dos pequenos projetos à comunidade de maneira remota. Registro que essa proposta deve ser apresentada à FUNAI.</p>
<p>16. Proposta de pequenos projetos nas TIs Tupiniquim e Guarani apresentada pela Fundação Renova por meio do Ofício FR.2020.0663.</p>	<p>Gabriela Prado apresentou o tema proposto. Cacique Toninho Comboios solicitou maiores informações sobre o Fundo de Apoio a Iniciativas Comunitárias. A representante da Fundação Renova destacou que havia uma articulação com a SESAI e a FUNAI para efetivação do Fundo. Disse que haveria uma rodada para apresentação das propostas.</p> <p>Mirian Regini Nutti disse que foi enviado diretrizes a serem seguidas no cenário de pandemia. Questionada sobre o recurso para o fundo, a representante da Fundação Renova informou que já estava previsto. Destacou que a rodada de apresentação do PBA foi comprometida por conta do cenário de pandemia.</p> <p>Jozenilton Sezenando disse que, devido à pandemia, havia impossibilidade de reunião da comissão de caciques e que a discussão do Fundo deveria ser discutida com a comissão de caciques, que detinham o poder de autorizar a destinação do Fundo.</p> <p>Gabriela Prado disse que entendia que a proposta estava sendo finalizada e estaria sendo apresentada em primeira mão na reunião. Explicou que não houve apresentação formal devido à pandemia e que precisaria pensar em como realizar as reuniões de forma segura e participativa.</p>
Encaminhamento E33.9	<p>A Fundação Renova deverá disponibilizar a apresentação do Fundo de Apoio a Iniciativas Comunitárias à CT-IPCT e Lideranças. Prazo: 15/07</p>

Às quatorze horas cinco minutos a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às quatorze horas e trinta minutos.

IV – PAUTA QUILOMBOLA	
Pauta	Discussão
<p>14. Andamento da inclusão dos dependentes conforme Ofício 01 e 02/2020 Comissão Quilombola.</p>	<p>Jadilson fez a apresentação que a pedido da comissão como está a inclusão das crianças presente no of. 01 e a transferência de titularidade presente no Ofício n.º 02.</p> <p>Naiara informou que referente a inclusão de dependentes foi encaminhado para a área do AFE já com a análise de elegibilidade do PG 04 e que a expectativa é que para novembro já esteja de acordo na lista e que haverá retroativo.</p> <p>Lígia questionou se havia previsão. Naiara informou que não, mas que estava no aguardo das tramitações internas.</p> <p>Jadilson perguntou a Naiara se na inclusão conseguirá realizar o atendimento presente no Ofício n.º 02.</p> <p>Naiara informou que a princípio seriam só os recém-nascidos, pois não havia a prerrogativa de incluir novas famílias mesmo com a mudança de titularidade.</p> <p>Pedro solicitou uma explicação de uma justificativa da inclusão somente para os recém-nascidos.</p> <p>Naiara informou que a lista deveria ser enviada pela FCP, mas informou que futuramente, poderia fazer uma lista juntamente com a Comunidade e verificar a necessidade de atualização da lista original (referendada com a FCP) e que para inserção seria necessário que fosse feito, junto com a FCP e com a CT-IPCT.</p> <p>Naiara complementou que o atendimento estava pautado no acordo original junto com a FCP, com a FR e com a Comissão de atingidos e que sem passar pelo conselho curador e pelo fluxo da FR, não se poderia inserir novos dependentes.</p> <p>Jadilson questionou se havia um acordo para ser encaminhado a Comunidade de Degredo.</p> <p>Cristian reforçou a fala do Jadilson e solicitou que houvesse um diálogo e um alinhamento adequado para o processo de inserção.</p> <p>Monica informou que foi levantada uma expectativa, dada por representante da FR, de que esse procedimento seria analisado e questionou a Naiara se havia algum documento que tratasse sobre isso.</p> <p>Gabriel informou que não havia um documento formal, mas que na reunião trazida pela Monica, a informação era que não havia previsão e que se fosse enviado, seria analisado pela FR e informou, também, que o fluxo seria: apresentar a lista com a justificativa dos motivos das famílias serem incluídas para daí, ser analisada, avaliada e respondido para a Comissão Quilombola.</p> <p>Jadilson ressaltou que esse documento seria um desmembramento.</p> <p>Tiago informou que a Comissão fazia esse comunicado junto à FR quando havia esse desmembramento.</p> <p>Jadilson confirmou e disse que a última vez que isso ocorreu foi em 2018.</p> <p>Cristian questionou se haveria como criar um fluxo e um procedimento para isso e que a FCP e a CT-IPCT encaminhariam para a FR.</p> <p>Gabriel informou que seria possível e que seria necessário um detalhamento da inclusão da família.</p> <p>Tiago destacou que havia a premissa de que a Comunidade teria a capacidade de identificar seus membros e que a partir disso teriam uma ideia de que a informação era verdadeira.</p>
<p>15. Retomada do GT Indenização</p>	<p>Lígia informou sobre os Ofícios enviados: em um, informaram que não consideravam legítima a participação da CT no processo e no outro, trataram do cronograma de trabalho do GT junto a Comunidade.</p> <p>Naiara informou que ainda não tinha a proposta fechada no âmbito da CT-IPCT e do CIF, e que assim que estivesse com uma proposta consolidada, a FR apresentaria. Quanto aos danos materiais, estava aguardando o retorno da área técnica.</p> <p>Lígia informou que no Ofício mencionou-se que após aprovado seria apresentado o GT-Indenização e que esse GT haveria a participação da CT-IPCT, entretanto que no Ofício anterior informou-se que a CT não poderia imputar prazos.</p>

Tiago complementou perguntando se isso não se configuraria em ingresso de recurso.

Ricardo informou que isso foi posto pela FR no sentido de que seria construído junto com a Comunidade Quilombola e que diante disso, não caberia ao CIF interpor data.

Ligia informou que a NT foi construída em conjunto com a Comunidade.

Ricardo informou que foi posto de forma errônea no Ofício, mas que de toda forma as datas seriam construídas juntamente com a Comunidade.

Ricardo informou que o Ofício seria uma previsão apresentada pela área e que seria necessário aguardar o andamento dos processos internos para ratificar esses prazos e havendo algum atraso, calculava-se que não seria muito grande, mas que os envolvidos seriam avisados.

Jadilson informou que não tinha entendido, um trecho do Ofício e se a FR construiria a matriz primeiro e depois apresentaria à Comunidade sem a construção.

Ricardo informou que já chegaria com uma proposta para o diálogo.

Tiago demonstrou preocupação, uma vez que os Ofícios passavam a ideia de duas frentes de trabalho: uma pelo GT e outra pela FR e que na Deliberação havia sido dado um mês para a FR e não para a Comunidade e informou que a NT havia sido construída no GT com a participação da Comunidade.

Além disso ressaltou que seria uma boa ideia que a FR apresentasse uma proposta inicial, mas que estivesse ciente de que havia ainda três fases: matriz- valoração e aprovação da Comunidade e questionou a FR se o que será apresentado é a matriz e a valoração.

Ricardo informou que não havia como responder, pois, era assunto de outra área, sendo necessário consulta-los, mas que a FR trabalharia internamente até a próxima RO.

Pedro perguntou se o posicionamento que seria considerado era o do segundo Ofício.

Ricardo informou que era um trabalho que estava em curso e que a data deveria ser definida em diálogo, mas que a proposta era apresentar ideias iniciais do que estava previsto no Ofício.

Pedro destacou que isso não seria um tema inicial, pois já existia um GT há mais de um ano e, também, deliberações referentes à indenização.

Mônica solicitou clareza na fala por parte da FR e questionou se estavam construindo uma matriz à parte, desconsiderando a que estava sendo construída pela Comunidade.

Ricardo informou que havia diferentes áreas e que essas áreas estariam conduzindo os trabalhos.

Mônica informou que não havia proposta de judicialização e que a proposta seria encontrar uma área técnica e transparente e que aguardassem o andamento do processo para que soubessem quais seriam as diretrizes para que se continuassem a negociação.

Pedro solicitou que a FR oficializasse qual postura seria adotada diante dos dois Ofícios enviados.

Ligia questionou à FR solicitando que fosse enviado um Ofício para a CT com a posição da fundação e perguntou se poderiam agendar uma reunião para o dia 21/10 e que os documentos fossem enviados no dia 12/10.

Ricardo informou que não havia essa possibilidade, mas que teria que alinhar com a outra área, mas quanto aos prazos, não havia como dar uma posição naquele momento.

Arthur reforçou a necessidade de que saísse desse ponto de pauta com uma data definida e registrada em ata e Tiago concordou, visto que o documento teria assinatura da área.

Eva reiterou que para as próximas reuniões, tentariam levar as respostas necessárias.

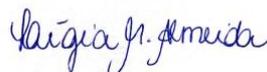
Arthur ressaltou que o Ofício precisaria ser seguido e que a reunião precisaria ser marcada, com envio dos documentos 10 dias antes da reunião.

Eva informou que o Ofício estava em fase de aprovação interna e que não poderia responder em nome da área, propondo que a CT- IPCT enviasse uma proposta de data e que a partir disso, a FR daria uma resposta (a área de indenização).

	<p>Tiago propôs que a data fosse acordada na reunião e que a FR fizesse a articulação e caso houvesse algum óbice, que a FR comunicasse à CT-IPCT. Eva informou que seria necessário a formalização para que ela pudesse cobrar da área de indenização.</p> <p>Arthur propôs: Reunião do GT de Indenização Quilombola dia 21/10/2020 às 9h, para tratar da Proposta de Indenização Material, encaminhado pela Fundação Renova até o dia 09/10/2020, conforme recomenda a Deliberação nº 298, atendendo a recomendação do Ofício FR.2020.1246-01 e a proposta foi acatada pela CT</p>
Encaminhamento E33.10	Reunião do GT de Indenização Quilombola dia 21/10/2020 às 9h, para tratar da Proposta de Indenização Material, encaminhado pela Fundação Renova até o dia 09/10/2020, conforme recomenda a Deliberação nº 298, atendendo a recomendação do Ofício FR.2020.1246-01.
16. Atualização das tratativas e trabalhos técnicos para o Projeto Básico do SAA, com vistas a atender a Del. CIF 430.	<p>Carla fez a apresentação, trazendo o histórico.</p> <p>Carla informou que estavam abertos para marcar uma reunião caso fosse necessário e informou também que foi realizada uma tentativa de realizar análise do poço, o que não ocorreu, mas que a área de engenharia estava preparando um material sobre análise da água para encaminhar para a FR. e estavam aguardando a análise.</p> <p>Dandara informou que iria enviar um e-mail informando que diante da pandemia, foi deslocada uma equipe, mas que a empresa justificou que não teria como fazer, pois a FR não havia informado qual seria o poço que não tinha bomba e questionou se havia prazo para nova testagem.</p> <p>Carla informou que não, mas que de toda forma iria esperar o relatório.</p> <p>Jadilson questionou em quanto tempo a topo batimetria ficaria pronto e Carla informou que não teria uma previsão, mas que iria verificar.</p> <p>Foi encaminhado para o SAAE/Linhares: Estudos e análise de custo, estudo sobre tipo material para reservatório e agora aguardavam um retorno do órgão.</p> <p>Tiago questionou se o prazo dos 75 dias seria cumprido e Carla informou que sim.</p>
17. Informes sobre a consulta ao PBAQ detalhado	<p>Silvani fez a apresentação e explicou sobre o processo seletivo dos Técnicos Comunitários.</p> <p>Tiago questionou sobre a compra dos equipamentos para que não atrasasse o cronograma.</p> <p>Silvani informou que estavam pensando numa forma de comprar no ES e que houve uma pequena mudança: o treinamento ocorreria no dia 30 e não dia 28/09/2020.</p> <p>Simone questionou quem iria coordenar os técnicos e Silvani informou que não haveria um local fixo e que estaria sob coordenação da H&P e acompanhado pelo PG 04.</p>

No dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte, às dezenove horas e trinta minutos, a Coordenadora, Lígia Moreira de Almeida, agradeceu a presença de todos e declarou **encerrada a 33ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais – CT-IPCT/CIF**. Informo que a reunião foi gravada e consta em memória de áudio e está disponível para consulta.

Registro que a presente ATA foi aprovada no dia 11/11/2020, na 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – CTIPCT/CIF



LÍGIA MOREIRA DE ALMEIDA
Coordenadora da CT-IPCT